A Liga do Magistério Catarinense:
Docência, gênero e ação política
(Santa Catarina, primeira metade do século XX)

The Teachers' League of Santa Catarina: teaching, gender and political action
(Santa Catarina, first half of the 19th century)

La Liga del Magisterio Catarinense: docencia, género y acción política
(Santa Catarina, primera mitad del siglo XX)

Carolina Cechella Philippi
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, Brasil. *E-mail: carolina.philippi@unesp.br*.

Resumo: Este artigo tematiza a formação e a atuação da Liga do Magistério Catarinense, uma associação de socorros mútuos que congregou docentes primários entre 1924 e 1929. As agremiadas que tiveram a trajetória rastreada neste artigo tinham como característica comum, para além da profissão, o fato de serem mulheres. Como principais feitos, a Liga se organizou em torno de demandas como a equiparação de vencimentos para professoras e professores, bem como a revogação da lei que proibia o casamento às professoras de Grupos Escolares. Para tanto, é mobilizada uma série documental, composta pelo Estatuto da Liga (1925), notas da imprensa e os termos de Assentamento da Diretoria da Instrução. Como referencial teórico, considerou a operacionalidade das práticas (Certeau, 1985) e a sua categorização como estratégias ou táticas (Certeau, 2009). Interessou rastrear as representações em disputa acerca da atuação da Liga, na tentativa de fazer ver a diversidade de sujeitos que atravessou a categoria.

Palavras-chave: História da Educação; história da profissão docente; associativismo docente.

Abstract: This article examines the formation and activities of the Teachers' League of Santa Catarina (*Liga do Magistério Catarinense*), a mutual aid association that brought together primary school teachers between 1924 and 1929. The members whose trajectories are traced in this study shared, beyond their profession, a common characteristic: they were women. Among its principal achievements, the League organized around demands such as pay parity between female and male teachers, as well as the repeal of legislation prohibiting female teachers in Scholar Groups from marrying. To this end, the study draws on a set of documentary sources, including the League's Statute (1925), press coverage, and official records from the Directorate of Public Instruction. The theoretical framework is informed by the concept of the operationality of practices (Certeau, 1985) and their categorization as strategies or tactics (Certeau, 2009). The analysis seeks to trace competing representations of the League's activities to highlight the diversity of subjects encompassed within this professional category.
Keywords: History of Education; history of teaching profession; associativism.

Resumen: Este artículo aborda la formación y actuación de la Liga del Magisterio Catarinense, una asociación de ayuda mutua que congregó a docentes de educación primaria entre 1924 y 1929. Las afiliadas cuya trayectoria fue rastreada en este estudio tenían como característica común, además de la profesión, el hecho de ser mujeres. Como principales logros, la Liga se organizó en torno a demandas como la equiparación salarial entre profesoras y profesores, así como la derogación de la ley que prohibía el matrimonio a las profesoras de los Grupos Escolares. Para ello, se moviliza un conjunto documental compuesto por el Estatuto de la Liga (1925), notas de prensa y los términos de registro de la Dirección de Instrucción. Como marco teórico, se consideró la operatividad de las prácticas (Certeau, 1985) y su categorización como estrategias o tácticas (Certeau, 2009). Interesó rastrear las representaciones en disputa en torno a la actuación de la Liga, con el fin de visibilizar la diversidad de sujetos que atravesaron la categoría.

Palabras clave: Historia de la Educación; historia de la profesión docente; asociacionismo docente.

https://doi.org/10.4025/rbhe.v26.2026.e416
e-ISSN: 2238-0094

INTRODUÇÃO

Florianópolis, 17 de dezembro de 1924.

O fim da tarde de quarta-feira anunciou o encerramento dos trabalhos do pequeno grupo de professoras primárias que se reuniu no Teatro Álvares de Carvalho. A reunião, ainda que relativamente breve, contou com um número expressivo de assistentes, a imensa maioria de colegas de profissão. Para além disso, somaram-se a eles os representantes da imprensa local, responsáveis pela veiculação das notícias a respeito do que foi a criação da Liga do Magistério Catarinense (Liga do Magistério Catarinense, 1924a, p. 2) e a constituição inicial de sua diretoria (A Liga do Magistério Catarinense, 1924b, n.p.). Assim anunciada, a fundação da Liga foi amplamente divulgada nos periódicos locais, ocupando as páginas dos jornais "A República" (Liga do Magistério Catarinense, 1924a, p. 2) e "O Estado" (Liga do Magistério Catarinense, 1924b, n.p.) poucos dias após o ocorrido. Sobre isso, vale destacar que, embora com vinculações distintas – estando o "A República" vinculado, desde sua fundação, ao Partido Republicano catarinense, ao passo que "O Estado" se anunciava como "o periódico independente de maior circulação em Santa Catarina" –, ambos os jornais deram à notícia da fundação da Liga um lugar já nas primeiras páginas das respectivas publicações.

Ali, tal qual reportado nas supracitadas manchetes, capitaneadas por Maura de Senna Pereira – a sua primeira presidenta –, a Liga deliberou os passos iniciais de sua criação, organização e funcionamento, como também da constituição de sua primeira diretoria (Liga do Magistério Catarinense, 1924a, p. 2). Como agremiação de ofício, a associação se propôs a romper com o isolamento do professorado estadual e a fornecer auxílio pecuniário aos seus coligados (Pereira, 1928, p. 1), articulando-se com demais membros de sociedades literárias (Matos, 2014) e de partidos políticos da capital.

Todavia, apesar do êxtase inicial em torno de sua criação e do peso dos propósitos anunciados, a Liga do Magistério Catarinense durou pouco menos de cinco anos (Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense, 1929, p. 1). Nesse ínterim, ocuparam a sua diretoria um total de 17 professoras primárias, sendo que muitas delas intercalaram a ocupação de postos diferentes sem, contudo, deixar de participar da chefia. Também nesse meio tempo, o grupo conseguiu encampar duas demandas de peso para a categoria: a extinção da lei que vetava o casamento às professoras de Grupos Escolares e a equiparação dos vencimentos entre professores e professoras (Philippi, 2021, pp. 347-376). Para além disso, ela também serviu como ponto de encontro e de convergência de um grupo de professoras que, a despeito de compartilhar da mesma profissão, tinha como marca a diversidade de trajetórias e inserções.

É, pois, da forma como esse grupo de professoras primárias da capital catarinense se organizou para demandar o que lhes era caro que esta pesquisa se ocupa. Para tanto, vem amparada no entendimento de que as práticas dos sujeitos políticos (Certeau, 1985, 2009), bem como as representações (Chartier, 1990, 2011)

que as animaram e informaram, são uma forma válida de aproximação com o tema. Ancorada na perspectiva da História Cultural, ocupa-se de um objeto que abarca a História da Educação e a História da Profissão Docente[1] para mapear, tensionar e adensar as narrativas que tal grupo encampou. Isso porque o grupo organizado na forma da Liga, composto por um diminuto contingente de professoras primárias da Florianópolis da década de 1920, não apenas se organizou, mas conseguiu trânsito e visibilidade significativos, ainda que breves. Cabe, portanto, entender as táticas[2] (Certeau, 2009) mobilizadas e as redes[3] (Fuchs, 2007; Sirinelli, 1996) acionadas para tais fins. Ademais, consideraram-se os veios já abertos pela historiografia da educação, seja ao matizar a diversidade dos sujeitos e das trajetórias profissionais que compõem o professorado (Vicentini & Lugli, 2009), ao considerar as dinâmicas de sua profissionalização (Nóvoa, 1997, pp. 13-33) e, por fim, ao nuançar as relações entre memória, história e formação docente (Catani, 2010).

Para tanto, a série documental aqui organizada contou com jornais da imprensa corrente, impressos educacionais, Termos de Assentamento do Tesouro do Estado, atas e anais de eventos pedagógicos[4]. Para o que este artigo se propôs, interessou a seleção de documentos que fossem indiciários da forma pela qual o grupo se moveu no tecido social da capital catarinense no período. Ademais, o recurso a fontes de diferentes estatutos, sobretudo nos casos dos Termos de Assentamento e das notícias da imprensa local, fez ver o modo pelo qual as professoras se inseriram e se fizeram ver em dois meios notadamente diferentes, a saber: a burocracia funcional da profissão e o debate público do município. A tentativa, pois, foi de rastrear, em meio ao contínuo das notícias reportadas e dos trânsitos funcionais elencados, a especificidade (Certeau, 2002, pp. 65-110) presente nas táticas encampadas pelas sócias-fundadoras da Liga para fazerem ver seus pedidos e, principalmente, para melhor sobreviverem na docência. Para tanto, utilizou-se o recurso metodológico da busca do nome como forma de recolher indícios (Ginzburg, 1989) de seus trânsitos,

---

1 A história da profissão docente no Brasil é campo fértil de pesquisa e vem mapeando, nesse sentido, o quão múltiplos são os sujeitos que a atravessam. Para um balanço da produção sobre o tema, conferir Catani (2000).

2 A categoria "tática" é aqui mobilizada conforme as ponderações de Michel de Certeau (1985, 2009), que as caracteriza como práticas operadas no território alheio, dependendo, portanto, do tempo para a garantia da sua existência. Para a análise da trajetória do grupo organizado na Liga do Magistério Catarinense, a categoria serviu para matizar as formas coletivas de organização em torno de demandas caras à agremiação.

3 Para o que este artigo se propôs, coube entender as redes como parte de uma teia de relações estabelecidas entre os sujeitos. Elas, por sua vez, conversam entre si, mas não dependem exclusivamente de vínculos institucionais.

4 A esse respeito, é necessário destacar que as consultas à imprensa educacional e periódica foram feitas via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e pela Hemeroteca Digital Catarinense, ao passo que os Termos de Assentamento foram mobilizados diretamente em ida ao Arquivo Público de Santa Catarina. Também as atas e anais de conferências pedagógicas foram acessadas digitalmente, via Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Em ambos os casos, reforçou-se o expediente de compor a série documental a partir do rastreamento do nome das professoras em suas possíveis variações.

mas sem desconsiderar as densidades que envolvem a tomada de séries documentais como fontes e objetos na pesquisa histórica.

Ademais, e também por centrar-se no mapeamento das práticas pela via do rastreamento do nome, coube matizar a narrativa que cola o fracasso à Liga do Magistério em função da sua curta vida. Uma vez que aquilo que se propõe aqui é, exatamente, listar as trajetórias e redes das professoras, entende-se que elas não se encerram no momento em que são findadas as atividades da sociedade. Dessa forma, ainda que a associação tenha sido efêmera, e não tenha nem ao menos conseguido uma sede própria, entende-se que ela foi ponto pungente da trajetória de suas sócias, por tê-las posto em relação e em nome de objetivos comuns. Tratou-se, pois, de um espaço potente e tático de organização de reivindicações coletivas e de ordenamento de percursos individuais na carreira.

Dessa forma, ao validar a Liga do Magistério Catarinense como ponto agregador de práticas e trajetórias, interessou esquadrinhar a forma pela qual ela foi noticiada na imprensa, a composição de suas diretorias e os meios pelos quais ela disputou o espaço público e político da capital catarinense da década de 1920. Para tanto, os dados angariados após a leitura e sistematização da série documental foram inquiridos a partir das seguintes categorias: “propostas encampadas”, “redes de contato” e “trajetórias profissionais”. Tais categorias receberam ordenamento escriturário na forma de dois subtítulos: “a liga” e “as demandas”. No primeiro, intentou-se apresentar a agremiação a partir, sobretudo, da análise do seu estatuto e das notícias veiculadas a seu respeito na imprensa. Para essa empreitada, foram consideradas as categorias “trajetórias profissionais” e “propostas encampadas”. Já no tópico “as demandas”, são nuançadas as propostas encampadas via estatuto e atuação política, rastreando seus efeitos e a forma pelas quais elas foram representadas. Por fim, no “em lugar de considerações finais: as coligadas”, o perfil da agremiação e de sua atuação foi relacionado ao perfil e às redes de contato das suas agremiadas. Interessou aqui entender de que modo as relações afetivas, políticas e institucionais operaram como sistemas de relações e trocas, bem como a forma como elas foram mobilizadas pelo grupo (Fuchs, 2007). Para tanto, foram utilizadas publicações da imprensa local e dos termos de assentamento da Diretoria Geral da Instrução Pública. O argumento central, vale ressaltar, é o de que a diversidade de aspirações e sujeitos que atravessaram a coligação é indiciária da heterogeneidade de práticas e trajetórias que organizam a carreira e a profissão docente. Também por isso, o artigo se estrutura tensionando similaridades e dissonâncias, seja entre a Liga e as demais associações do período, seja entre suas correligionárias.

A Liga

Quando Maura de Senna Pereira deu por encerrada a reunião de formação da Liga e, juntamente com Martha Tavares Alves, Antonieta de Barros, Délia Régis e Beatriz de Souza Brito, deixou o prédio do Teatro Álvaro de Carvalho naquela tarde de dezembro, o grupo se inseriu – talvez ainda sem o saber – em um cenário social, político e educacional bastante disputado. Dividiram, portanto, lugar e espaço com uma capital que lutava politicamente para se afirmar como tal, e que o fez pela via de constantes intervenções na malha urbana, na organização partidária e nas instituições de ensino. A Liga do Magistério Catarinense, pois, carregou consigo o significado de ser uma organização profissional e um espaço de compartilhamento de demandas e aspirações de um grupo de mulheres, em meio a uma cidade povoada por sujeitos políticos diversos.

Não foi, todavia, a primeira tentativa nesse sentido de membros da docência local. Já nos finais do século XIX, a Associação do Professorado Catarinense se ocupou do auxílio moral e intelectual da categoria, garantindo assim seus direitos pessoais e de classe (Besen, 2021, 2020). Em seu estatuto, anunciou aceitar como sócios efetivos todos os professores da província, embora existissem diferentes formas possíveis de integrar a sociedade e diversos ritos de ingresso, de acordo com o vínculo do postulante. Aos professores públicos, por exemplo, bastava para a associação o cumprimento dos deveres expressos no estatuto, ao passo que os particulares deveriam apresentar para isso proposta escrita e assinada por um ou mais membros da associação (Besen & Silva, 2020, p. 15).

Também a associação possuía uma diretoria – ali nomeada como "conselho" – composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, orador e um procurador. A ele cabia, pois, a representação da associação, a execução das medidas por ela deliberadas, a apresentação anual do relatório de atividades em assembleia e, por fim, a convocação e condução de assembleia geral extraordinária (Besen & Silva, 2020, p. 15). Para se manter, a associação dependia do pagamento de matrículas e mensalidades de sócios, como também da doação de benfeitores. Essa quantia, por sua vez, era manuseada tanto para auxílio dos coligados, quanto para manutenção da biblioteca da agremiação. Também essas formas de ação fizeram ver, a seu modo, estratégias de ação e existência em um período de organização nascente da categoria. Nesse sentido, sua força política e o impacto de suas ações dependeu das sociabilidades acionadas por seus associados, todos eles homens e possuidores de cargos públicos (Besen & Silva, 2020, p. 23).

Ao contrário, todavia, da Associação do Professorado Catarinense, a Liga formada mais de trinta anos depois apresentou, ao longo dos seus quase cinco anos de funcionamento, uma diretoria composta unicamente por mulheres. Dessa forma, aos nomes já listados como parte da primeira diretoria – a saber, Maura Pereira, Martha Tavares Alves, Antonieta de Barros, Maria Gonzaga, Délia Régis e Beatriz de Souza Brito

– somaram-se os de Maria Luiza Osório, Iracema Aducci, Maria Espírito Santo Vieira, Julieta Torres, Maria Gonzaga (Representações, 1926, p. 7), Maria Luiza Gama, Carmem Ramagem, Leonor de Barros (Liga do Magistério Catarinense, 1925a, n.p.), Oswaldina Medeiros, Ida Simone e Iracema Villela Carreirão (A República, 1927, p. 2). Também diferentemente da Associação, a Liga não chegou a organizar nenhum impresso que lhe fosse próprio, fazendo valer sua forma de divulgação pelas breves notas publicadas na imprensa, como também pelo trânsito e atuação de suas agremiadas.

Tal qual anunciado em sua primeira reunião (Liga do Magistério Catarinense, 1924, p. 2), a Liga do Magistério Catarinense não tardou a ter seu próprio estatuto. Ele foi publicado em janeiro de 1925 e anunciou, já nas primeiras linhas, prestar-se a organizar essa associação, fundada exclusivamente por normalistas e dedicada a "amparar e auxiliar os professores em todas as ocasiões justas e dignas de um atendimento" (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 1). Para tanto, previa sua atuação em caso de falecimentos, moléstias ou sanções, como também da organização de uma biblioteca de obras didáticas, literárias, hinos e canções (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 1). A fim de garantir o cumprimento de tais funções, foram na ocasião previstos como membros permanentes de sua diretoria – além da presidenta e vice, de primeira e segunda oradora, secretária e tesoureira – a primeira e a segunda bibliotecária (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 1).

Embora cada membro da diretoria tivesse suas incumbências descritas em artigo próprio do estatuto vigente, todas as atribuições dependiam de despachos exarados em suas reuniões e assembleias. A eles, por exemplo, estava condicionada a apresentação de relatorias, recibos e balancetes, como também a emissão de comunicados via imprensa ou em eventos cuja associação se comprometesse em participar (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, pp. 1-4). Aliás, a organização e a participação em eventos foram anunciadas como ponto estruturante das ações da associação, já que delas dependia a arrecadação e manutenção de seu fundo de reserva. Ele, juntamente com o fundo disponível – oriundo do pagamento de mensalidades e joias dos sócios – constituía o capital total da agremiação, da onde deveriam sair as contribuições, empréstimos e auxílios da mais diversa monta (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8).

Embora tenha clara delimitação por ofício, a Liga do Magistério ofereceu uma diversidade de vínculos possíveis. Eles intentaram cobrir um leque plausível de inserções e contribuições, vislumbrando inclusive a modalidade de "sócios correspondentes" para aqueles que se interessassem pela iniciativa, mas que morassem em outro estado (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5). Essa preocupação com a viabilização da atuação de professores fisicamente distantes se fez ver em mais artigos e incisos de seu estatuto, como também em algumas alegações de suas fundadoras (Ilha, 1932, p. 1; Pereira, 1928, p. 1). Sobre o primeiro tópico, destaca-se a previsão de nomeação de tesoureiros municipais para recolhimento das mensalidades dos coligados residentes em cidades distantes

(Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 2), e até mesmo o pagamento de mensalidades por terceiros, caso fosse necessário. Caso o associado morasse muito longe da capital catarinense, onde a Liga estava sediada, este seria facultado inclusive ao pagamento adiantado das mensalidades. Essa manobra, por sua vez, o desobrigaria da busca por um tesoureiro na municipalidade de residência (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5).

Dessa maneira, apesar da circunscrição precisa da profissão dos associados, o amplo leque de modalidades de associação dava pistas da diversidade do professorado local e do tamanho das ambições da Liga. Ofertou-se, por essa via, uma forma de inscrição para docentes residentes em outra cidade que não Florianópolis, e também, no caso dos sócios correspondentes, até mesmo para os que morassem em outro estado da federação (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5). Tratava-se, infere-se, de uma associação que buscava quebrar o isolamento do professorado, promovendo trocas e intercâmbios entre agremiados das mais diversas localidades. Nesse sentido, as palavras de Maura de Senna Pereira, sua primeira presidenta, são ilustrativas. Para ela, mais que a proteção aos professores, a Liga propôs-se a "estreitar um vivo amplexo de solidariedade [a] todos os colegas militantes, [...] [sendo assim] um grande perfeito estandarte de progresso e união para os batalhadores da instrução em Santa Catarina" (Pereira, 1928, p. 1).

Havia, contudo, algo que atravessava todos os associados, independentemente da sua categoria: a obrigatoriedade do pagamento de mensalidade e, na condição de inscrição, da joia. A primeira, firmada no valor de 1$000, poderia ser compensada por arranjos diversos, a depender do local de residência do agremiado, tal qual já aqui esmiuçado (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5). Seu pagamento, todavia, era condição necessária para acesso aos benefícios oferecidos pela Liga. Dentre eles, vale destacar o amparo em caso de invalidez ou falecimento. No primeiro, o sócio "[...] que por invalidez não pudesse contribuir com as mensalidades [...] [ficaria delas desobrigado], podendo gozar dos mesmos direitos que a ele eram conferidos" (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8). Já na possível ocasião do falecimento de algum agremiado, a Liga daria o "[...] prazo de um mês à família ou à pessoa que [vivesse] [...] sob sua proteção a quantia de cem mil réis" (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8). Esse montante, caso recusado, voltaria ao fundo de reserva da sociedade. Em ambos os casos, tais socorros somente seriam concedidos após um período de associação e adimplência – no primeiro caso, três anos, e no segundo, um ano (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8).

Além disso, a Liga do Magistério Catarinense poderia também usar o montante em caixa para fornecimento de empréstimo aos sócios. Ela, diferentemente da maioria

das Associações de Socorros Mútuos do período[5], tomava as quantias emprestadas como um meio de aplicação de seus capitais, cobrando para tanto a taxa de 6% ao mês[6] (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8). Nesse caso, a Liga exigia como garantia a apresentação de fiador (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8), não sendo feita qualquer exigência a respeito da sua renda ou atuação profissional. Além disso, firmou-se em estatuto que a agremiação somente faria mão do expediente dos empréstimos aos sócios caso o fundo de reserva dispusesse de quantia superior a quatro contos (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8), sendo inclusive facultado nesse documento a possibilidade de a Liga solicitar empréstimo com juros aos seus agremiados, caso a receita da agremiação acabasse por se demonstrar menor do que as despesas (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8).

Para Rafaela Leuchtenberger, a Liga do Magistério cobrou pouco de seus sócios e, em troca, também lhes ofereceu pouco (Leuchtenberger, 2009, p. 97). Se comparado à média de mensalidades cobradas no período, ela possuía o menor valor – associações como a União Beneficente dos Chauffeurs de Santa Catarina e a Caixa Beneficente da Imprensa Oficial, por exemplo, cobravam 3$000 e 2$000, respectivamente. Em compensação, sobretudo a primeira foi representativa do oferecimento de um mais amplo leque de auxílios, tais quais o socorro jurídico (Leuchtenberger, 2009, p. 61). Também a joia exigida na ocasião da inscrição na Liga do Magistério era consideravelmente barata. Nesse sentido, enquanto a Liga de professoras cobrou 3$000, em 1925, a Caixa Beneficente da Imprensa Oficial cobrou 5$000 no mesmo ano (Leuchtenberger, 2009, pp. 223-224).

O valor, contudo, não era irrisório. Com o preço de uma mensalidade da Liga do Magistério Catarinense, tal qual firmada no seu estatuto (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5), seria possível comprar dez exemplares do periódico local "O Estado" no ano de 1922. Já no ano de sua fundação, a assinatura anual do mesmo jornal custava nada menos que 24$000. O montante, vale destacar, não era irrisório. Na época, em Florianópolis, era possível comprar um automóvel usado, com muitas avarias, a 1.600$000 (Coleção Ofícios da Chefatura de Polícia para a Secretaria do Interior e Justiça, 1923, p. 89 como citado em Leuchtenberger, 2009, p. 99) e um saco de sessenta quilos de açúcar por 67$000 (Preços de açúcar da refinação a vapor de Lino Soncini, 1920, p. 15). Tudo isso em um momento no qual a subida vertiginosa no preço dos alimentos de primeira necessidade colocou a população

[5] Das associações vigentes em Florianópolis, a Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico, a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda e a Sociedade Beneficente dos Empregados Postais em Santa Catarina forneciam empréstimos aos sócios (Leuchtenberger, 2009).

[6] Para efeitos de comparação, a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda cobrava a taxa 1,5% ao mês em 1921; e a Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de Santa Catarina, 12% em 1925 (Leuchtenberger, 2009, pp. 45-46).

trabalhadora local em persistentes crises de consumo, marcadas por altas inflacionárias[7].

Para além dos auxílios em caso de doença ou falecimento, a Liga do Magistério também anunciou em artigos específicos de seu estatuto objetivos outros. Dentre eles, destaca-se a promoção, "[...] [do] maior número possível de conferências pedagógicas, higiênicas e literárias que se mandarão imprimir para distribuição entre os sócios [...] [com vistas ao] desenvolvimento intelectual da classe" (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 10). Também ali ficou estabelecido que:

> [...] [a] liga [teria] o livre arbítrio de amparar os órfãozinhos que [estivessem] na escola primária podendo, de acordo com existente no fundo de reserva, fornecer livros, utensílios escolares, vestuários a aqueles reconhecidamente pobres ou mesmo que tenham pais impossibilitados de ganhar os meios de mantê-los na escola [...] (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8).

Dessa forma, anunciou-se como "[...] uma associação inteiramente beneficente e progressista [que, como tal,] não [deveria] poupar esforços para o exato cumprimento de seus deveres, **trabalhando não só para o engrandecimento da pátria como para o completo extermínio do analfabetismo** (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 10, grifo do autor). Também por causa disso, e reforçando esse caráter, a Liga era uma das tantas associações do período a prever aos coligados o acesso a uma biblioteca. No seu caso, contudo, ela seria marcadamente composta por obras didáticas, literárias, hinos e canções, para que assim pudesse amparar a prática profissional daqueles que a ela recorreram (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 1).

A referência à existência de uma biblioteca nas páginas do estatuto não foi exclusividade da Liga. Ela também foi prevista, por exemplo, pela Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio (Leuchtenberger, 2009, p. 42), pela Liga Operária Beneficente de Santa Catarina, pela União Operária e pela Associação de Empregados do Comércio. As duas últimas, inclusive, chegaram a prever a destinação de parte do valor arrecadado nas mensalidades à sua organização e manutenção. Também a maioria das associações implicadas na sua criação instituiu o cargo de bibliotecário, ainda que ele nem sempre fosse regulamentado pela via do estatuto. No caso da Liga, da União Operária, e da União Beneficente dos Chauffeurs, os ocupantes de tal cargo

[7] A esse respeito, vale a transcrição de excerto do Jornal do Comércio: "No mercado de Florianópolis, em Santa Catarina, o aumento médio verificado no preço dos gêneros, de 1911 a 1921, foi de 100,95% ou o índice de 200,95, notando-se que entre os produtos da lavoura o aumento oscilou de 31,25% (farinha de mandioca) a 350,00% (aguardente) ou 132% para o milho e que entre os produtos da pecuária o menor aumento foi de 25,00% (carne de porco) e o maior de 137,50% (queijo)" (Jornal do Comércio, 1924 como citado em Leuchtenberger, 2009, p. 83-84).

foram não apenas regulamentados, mas o foram de tal forma que se estabeleceram como cargos eletivos (Leuchtenberger, 2009, p. 56). Especificamente na Liga do Magistério Catarinense, à primeira bibliotecária coube "organizar o catálogo de todos os livros da biblioteca, discriminando os didáticos dos literários, [tendo-os] sob sua guarda" (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 4), podendo ser, para isso, ajudada pela segunda bibliotecária (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 4).

O entendimento da centralidade da existência de uma biblioteca por tantas associações informa, pois, sobre a importância do acesso aos livros pelas categorias que atendia. Ademais, dava também sintomas do seu entendimento como uma forma de reivindicar uma sede própria ou – caso essa já existisse – de efetivamente ocupá-la (Leuchtenberger, 2009, p. 56). Para Rafaela Leuchtenberger (2009), não foram todas as Associações de Socorros Mútuos da capital catarinense que tiveram sucesso nessa empreitada. Dentre as que conseguiram sua sede própria, não foi incomum uma mudança constante de endereço e os usos compartilhados dos espaços, o que aponta para condições nem sempre sólidas de aquisição e manutenção dos imóveis.

No caso da Liga do Magistério, não houve sede. Nesse sentido, em que pese a majestosidade da reunião inicial em meio ao Teatro Álvaro de Carvalho, tal qual anunciada pela imprensa presente, ela dá sinais de que a agremiação não possuía, quando de sua fundação, um local próprio para o seu exercício. Nos anos seguintes, isso tampouco se alterou. Talvez por isso a sociedade tenha feito reuniões nos mais diversos espaços, que foram o próprio Teatro (Liga do Magistério Catarinense, 1925b, n.p.); passaram pelo Grupo Escolar Lauro Muller (Liga do Magistério Catarinense, 1925c, p. 1; Liga do Magistério Catarinense, 1926, pp. 1, 6, 11; Liga do Magistério, 1927b, p. 3; Liga do Magistério, 1927a, p. 4; Liga do Magistério Catarinense, 1928, p. 7); pela casa da sua então presidenta (Liga do Magistério Catarinense, 1926, p. 8; Liga do Magistério Catarinense, 1928, p. 7); e chegaram até mesmo a ocupar o salão nobre da Escola Normal Catarinense (Liga do Magistério Catarinense, 1927c, p. 6).

Também a Liga não foi a única a propor iniciativas de amparo à infância que a aproximassem da instituição escolar, já que havia em muitas entidades o interesse até mesmo de organizar escolas de ensino primário ou técnico. Mais que uma vontade de instruir ou profissionalizar os sócios, havia ali um fazer tático (Certeau, 2009), na tentativa de conseguir alguma legitimação do poder público, já que isso a tornaria uma instituição de utilidade pública e, consequentemente, isenta de impostos estaduais (Leuchtenberger, 2009, p. 58). Especificamente no caso da Liga, anunciava-se uma preocupação em amparar a infância desvalida, órfã ou não (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 8), e em engrandecer a pátria pela via do acesso às letras (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 10). Ela se inseria, dessa forma, em um lugar bastante preciso na defesa do acesso à instrução, já que, embora não se propusesse a abrir uma instituição escolar, se comprometia com o provimento de vestimentas e materiais aos seus frequentadores de menor estrutura financeira. Atuava, portanto, pela via da tentativa de garantir a instrumentalização do discente,

de modo a não prejudicar a sua frequência. Já a respeito da defesa da pátria pela via do fim do analfabetismo, são pertinentes as considerações de Marta Carvalho (2003a, 2003b) ao assinalar para a politização do campo educacional. A autora, dessa forma, aponta para como, em São Paulo e nos demais estados, foi sendo paulatinamente proposto e endossado um projeto de reforma dos costumes pela via da instrução. Alicerçado nessa representação, o campo político educacional foi progressivamente cercado por instituições auxiliares e mecanismos de controle, fiscalização e coerção, bem como por representações que ligassem uma renovação da pátria ao fortalecimento da escola.

AS DEMANDAS

Tal qual já foi aqui anunciado, a Liga do Magistério Catarinense não durou muito. Também conforme o que já foi dito, mais do que eleger causas e efeitos de seu encerramento, cabe rastrear as práticas (Certeau, 1985, 2009) que dela reverberaram, e os meios pelos quais os professores da época representaram (Chartier, 1990, 2011) sua ação e seu fim. Especificamente sobre este, Maura de Senna Pereira creditou-o, sobretudo, aos "[...] embaraços [...] [e] [à] frieza dos [...] mestres para com um trabalho que a todos deveria interessar" (Pereira, 1928, p. 1), apesar do zeloso cumprimento do auxílio pecuniário, tal qual previsto em seu programa, "aos que lhe tem batido à porta" (Pereira, 1928, p. 1). Já Antonieta de Barros, sua ex-colega nos bancos da Escola Normal Catarinense, e que também compôs a primeira diretoria da sociedade, relacionou-a ao evento biográfico de terem se encontrado "três idealistas ainda não experimentadas na aridez da vida" (Ilha, 1932, p. 1), e não cientes das restrições que o meio impunha aos seus objetivos (Ilha, 1932, p. 1). Por fim, ao colunista de pseudônimo Mestre Escola, do jornal local "A República", couberam os lamentos sobre o fato. Ao prantear a dificuldade de fazerem publicar e circular as obras literárias de autores e professores locais, anunciou ser uma pena "[...] ter fracassado a Liga do Magistério Catarinense" (Mestre Escola, 1931, p. 4). Contudo, diz estar certo de que

> [...] seu ressurgimento ou a formação de uma sociedade congênere prestaria grande auxílio ao ensino desde que, a par dos interesses do professorado, cuidasse também um pouco da divulgação dos trabalhos escolares julgados dignos desse prêmio, depois da sua apresentação a uma assembleia de professores que, para tal fim, periodicamente se reunisse (Mestre Escola, 1931, p. 4).

De um lado, a angústia das sócias fundadoras; do outro, as críticas do colunista local. Aqui, o exercício é de tensionar as narrativas presentes no relato das professoras e do jornalista, na tentativa de perceber a diversidade de aspirações e expectativas que

cercou a Liga do Magistério em sua (ainda que breve) existência. Se para as primeiras importava a organização e representação da categoria, para o segundo era necessário que a agremiação fizesse ver e circular os trabalhos docentes, sobretudo nos meios literários. Tal tensionamento, pois, é indicativo da densidade do lugar ocupado pelas docentes e de pensar, afinal, a história da sua profissão. Nesse sentido, em que pese o seu processo de profissionalização, e a forma pela qual a organização de associações representativas nele se articula (Nóvoa, 1997), não se trata de uma marcha linear. Tais entidades, sendo assim, oscilam e dão sintomas sobre a diversidade de sujeitos que atravessam a categoria, o amplo leque de práticas por eles encampados e os constantes tensionamentos que povoam o exercício da profissão.

Quando oficialmente encerrada, a Liga do Magistério Catarinense retirou do Banco Nacional do Comércio a quantia de dois contos, seiscentos e sete mil e novecentos réis (2:607$900), provenientes do pagamento das mensalidades dos sócios (Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense, 1929, p. 1). O valor, como já aqui esmiuçado, mal daria para a compra de um automóvel usado, se praticado o preço de seis anos antes (Coleção Ofícios da Chefatura de Polícia para a Secretaria do Interior e Justiça, 1923, p. 89 *apud* Leuchtenberger, 2009, p. 99). Desse valor, um conto, seiscentos e sete mil e novecentos foram doados à Associação das Damas de Caridade (Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense, 1929, p. 1), com a qual Beatriz de Souza Brito, sua sócia fundadora, tinha proximidade e aderência (Damas de Caridade, 1932, p. 3). O último conto de réis, por sua vez, foi distribuído a demais obras caritativas e devidamente documentado pela sua então tesoureira (Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense, 1929, p. 1).

Contudo, a despeito dos lamentos e angústias, a quantia não era de todo irrisória. Em se levando em conta o valor de 1$000 no qual consistia a mensalidade, somada ao pagamento único da joia de 3$000 paga na ocasião da matrícula (Estatuto da Liga do Magistério Catarinense, 1925, p. 5), ela é indicativa de um número considerável de inscrições ou, no mínimo, de um montante razoável de sócias que permaneceram. Talvez por isso Antonieta de Barros tenha se afligido de sua dispersão e fim. Voltemos, portanto, às palavras que endereçou ao tema, sob o pseudônimo de Maria da Ilha:

> Lançamos o nosso apelo. Queríamos a aproximação da classe, quebrar o insulamento que vive o professor, quer na capital, na cidade, ou nos rincões extremos do Estado onde o chama o dever.
>
> E desse intercâmbio, desse congraçamento do professorado sob uma só bandeira, nós, idealistas, esperávamos um infinito de frutos lindos.
>
> Surgiu a Liga, mas pouco tempo de vida ela teve. Falta de elementos? Não? De persistência? De boa vontade? Talvez.
>
> Os idealistas, arquitetos dos sonhos, são eternamente decepcionados, mal compreendidos e muitas vezes escarnecidos.

> De tudo, ficou uma amarga desilusão e mais um cadáver de ideal, na estrada poeirenta e tortuosa (Ilha, 1932, p. 1).

Arquitetas de sonhos e, segundo Antonieta, em permanente decepção, o grupo de professoras não falhou por compor um quadro deficiente, e sim por desconhecer o meio e, talvez, pouco persistir. Contudo, a despeito da pouca persistência mapeada por uma de suas fundadoras, a Liga deu conta de encampar duas demandas importantes para o professorado local: a equiparação dos vencimentos entre professores e professoras primárias, e o fim da proibição do casamento às professoras dos Grupos Escolares[8]. Em ambos os casos, as solicitações transbordaram as sessões da Conferência do Ensino Primário[9] – onde foram apresentadas pela Liga – e foram, efetivamente, pautadas em sessões ordinárias do Congresso do Estado menos de um mês após o encerramento dos trabalhos da primeira (Congresso do Estado, 1927a, p. 4; Congresso do Estado, 1927b, p. 4).

As solicitações, todavia, tiveram recepções e encaminhamentos diferentes. Enquanto a primeira foi considerada "[...] perfeitamente justa, porquanto as professoras exercem as suas funções pedagógicas com o mesmo zelo, competência e eficiência dos professores [não havendo], portanto, [...] [justificativa para que] tenham vencimentos menores" (Congresso do Estado, 1927a, p. 4), a segunda gerou controvérsias quando foi apresentada e debatida no Congresso Estadual. Contudo, nem mesmo a demanda de equiparação salarial pôde ser atendida no ano seguinte, devido à "situação financeira do estado" (Congresso do Estado, 1927a, p. 4), devendo então a equiparação ser concedida posteriormente, "quando as finanças estaduais tiverem vencido a grave crise que as assoberba" (Congresso do Estado, 1927a, p. 4). Já a segunda demanda alimentou polêmicas e rusgas que extrapolaram os espaços da Conferência e do Congresso Estadual, dividindo inclusive opiniões bastante aguerridas na imprensa local. Nesses embates, dividiram-se opiniões daqueles que acusavam a lei de ser pouco eficiente (Taborda, 1927b, n.p.; 1927a, p. 1), e daqueles que a endossaram como medida equitativamente aplicada e sancionada pelo Executivo (Congresso do Estado, 1927b, p. 4).

---

[8] A Lei nº 1.187 (1917) dizia que "perderiam o cargo [àquelas docentes que, da data de sua promulgação em diante], contraíssem casamento" (Santa Catarina, 1917, n.p.). O projeto, polêmico desde a sua confecção, por um lado angariou opositores, como o então Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, Sr. Orestes Guimarães; e por outro, recebeu defesas e propostas de expansão da condicionalidade às professoras complementaristas pelo inspetor escolar, Flodoardo Cabral, na ocasião da Conferência de Ensino (Besen, 2021, p. 140).

[9] A Conferência do Ensino Primário, realizada entre julho e agosto de 1927, foi um ponto importante de atuação da Liga. O evento teve ampla participação da comunidade escolar – composta, sobretudo, por diretores, professores e inspetores –, e foi uma tentativa de legitimação de um rol de ações e de sujeitos que operavam no campo educacional (Hoeller & Daros, 2023). Dela também participaram membros do executivo e legislativo estadual, como, por exemplo, o então governador eleito pelo Partido Republicano Catarinense, o Sr. Adolpho Konder (Santa Catarina, 1927, p. 2).

Cabem, então, alguns apontamentos a respeito das demandas encampadas pela agremiação. A primeira é que, formalmente, não havia nenhum aparato legal que endossasse a diferenciação salarial entre professores e professoras primárias. O que estava previsto no regulamento da instrução vigente (Santa Catarina, 1914) era uma tabela de remuneração, a qual organizava os salários – compostos pelo ordenado e pelas suas gratificações – nas categorias "professor efetivo de Grupo Escolar", "professor provisório de Grupo Escolar", "professor preliminar", "professor provisório de escola isolada" e "professor adjunto de escola isolada[10]" (Santa Catarina, 1914, p. 47). Tais categorias se diferenciavam de acordo com a formação do professor e com a localização da instituição de ensino, sendo os professores normalistas ou egressos do Ginásio Santa Catarina priorizados na destinação das vagas, sobretudo em relação aos professores provisórios[11] (Santa Catarina, 1914, pp. 22-24). Dessa forma, infere-se que a diferenciação salarial se dava não por dispositivos legais, mas pela organização dos acessos no interior da carreira. Ou seja: mesmo sem deliberações legais que diferenciassem os vencimentos, as professoras não puderam acessar os escalões aos quais foram destinados os maiores vencimentos devido à organização do fluxo da carreira.

Quanto à segunda reivindicação da Liga, vale retomar os argumentos mobilizados pelas próprias coligadas em sua defesa no espaço da Conferência de Ensino. Foi nela que Maura Pereira, junto a nomes como Catharina Demoro, Beatriz de Souza Brito, Floscula de Queiroz Santos e Maria Amorim, requereu a revogação desse dispositivo legal (Santa Catarina, 1927, p. 82), sendo por isso apelidadas pelo então deputado estadual pelo Partido Republicano, Marcos Konder, de "timoneiras do movimento feminista" (Santa Catarina, 1927, p. 82). Foi também ele que se contrapôs ao grupo, alegando ser a supracitada lei tão útil quanto necessária, já que "[...] há ainda bem pouco tempo, por motivos de terem de atender às circunstâncias que ao casamento não são alheias, quase esteve para ser fechada uma importante escola do [...] Estado" (Santa Catarina, 1927, p. 82).

O grupo de professoras, contudo, não esmoreceu. Apoiado por nomes como os professores Raja Gabaglia, Orestes Guimarães, Marcílio Santiago e João dos Santos Areão, Maura Pereira se posicionou em defesa da "mais firme e mais racional aspiração do feminismo, [...] defendendo assim a [...] a justa emancipação econômica [...] [das professoras]" (Santa Catarina, 1927, pp. 81-82). Em sua defesa, Orestes Guimarães

[10] Segundo o Regulamento Geral da Instrução Pública (1914), os professores adjuntos seriam nomeados independentemente de processo seletivo, sendo diretamente nomeados pelo Diretor da Instrução. Essa categoria não contabilizava tempo para aposentadoria, e poderia ser extinta assim que fosse de convivência do ensino, tendo sua existência restrita à Capital e às cidades onde não houvesse Grupo Escolar (Santa Catarina, 1914, p. 26)

[11] Os professores provisórios teriam acesso ao cargo sem prestação de concurso, quando a vaga fosse em Grupo Escolar, e com prestação de exame, quando em escola isolada. Esse exame versaria sobre as mesmas matérias daquele para a admissão da Escola Normal e, em todos os casos, o candidato deveria apresentar prova de ser maior de 18 anos, brasileiro, e as folhas corridas dos locais nos quais residiu nos últimos dois anos (Santa Catarina, 1914, p. 23).

alegou ser o veto ao casamento falho, por "conhecer professoras casadas que cumprem seus deveres e solteiras que não o fazem [devendo, no segundo caso] [...] o diretor do estabelecimento agir na forma do regulamento em vigor" (Santa Catarina, 1927, pp. 64-65). Para Marcílio Santiago e João dos Santos Areão, a contrariedade à lei se deu, sobretudo, por entenderem que o tema não deveria ser nem mesmo alvo de legislação (Santa Catarina, 1927, p. 25).

O estado de Santa Catarina, contudo, não foi o único a tensionar a existência dos lugares de mãe e professora e a questionar a sua coexistência. Para Pizolati (2023), discursos e propostas nesse sentido eram comuns, a ponto de se fazerem ver, inclusive, na pauta da 1ª Conferência Nacional de Educação (1927). Justapondo debates sobre eugenia, educação e o papel da mulher na educabilidade do brasileiro, nomes como Nestor Lima alegaram que "[...] o trabalho mental da professora esgota e destrói os nervos, [...] [sendo] [...] as mulheres que trabalham mentalmente [...] pouco aptas para a 'profissão maternal'" (Lima, 1997 [1927], p. 405-406 como citado em Pizolati, 2023, p. 8). Discursos como esse conviveram, pois, com uma progressiva expansão de um ensino primário que cada vez mais demandava o exercício profissional das professoras, e com o fortalecimento de um discurso eugenista que as colocava na obrigação moral de gestar (Pizolati, 2023).

No caso das professoras catarinenses, vale destacar o peso da coligação para que suas demandas acessassem espaços acadêmicos do campo educacional e espaços deliberativos do campo político. Isso porque, organizadas na forma da Liga, e agenciando redes de contato pessoais e profissionais de algumas, o grupo conseguiu encampar propostas caras à categoria e endereçá-las de tal modo que elas ganharam cobertura na imprensa local. Todavia, pesam aqui o impacto que cada um dos pedidos trouxe: ao passo que o vencimento equiparado não foi questionado (mas tampouco foi atendido), o pedido de revogação da Lei que proibia o casamento às docentes de Grupos Escolares foi alvo de debates acalorados. Não por acaso, da forma como pôde ser rastreado na imprensa local, a Liga do Magistério recebeu apoio majoritário de professores, ainda que homens, ao mesmo tempo que teve a demanda invalidada por membros da política partidária.

EM LUGAR DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS COLIGADAS

As dezessete professoras que compuseram a diretoria da Liga do Magistério ao longo da sua existência possuíam em comum o exercício da profissão, o local de residência e o mapeamento de demandas comuns. Para além disso, sopesaram sobre elas diferenças de trajetórias, inserções e origens[12]. Tais dissonâncias, por sua vez, dão

[12] Apesar dos pontos em comum, as professoras da Liga possuíam diferentes redes de apoio familiares, pertencimentos étnico raciais e acessos econômicos. Sobre isso, conferir Philippi (2025).

notícias da diversidade de sujeitos que atravessou a categoria docente, apesar da mundialização de alguns pontos estruturantes do seu processo de profissionalização (Nóvoa, 1997). Dessa forma, apesar de a profissão docente ser marcada por alguns pontos que estruturam sua organização funcional e estatização, ela é apropriada e manuseada pelos sujeitos que a atravessam da maneira que lhes é possível, conveniente e viável. Também por isso, o esforço de análise aqui empreendido amparou-se em referenciais caros às elaborações de Michel de Certeau e Roger Chartier, já que se entende que a movimentação das professoras integrantes da Liga se fez na furtividade do tempo e na disputa por um lugar de legitimidade na representação da profissão. Para além disso, defende-se que parte desse manuseio da docência passa pela organização das ações coletivas, tais quais a Liga do Magistério.

Assim sendo, o grupo de professoras veio atravessado por diferenças geracionais, sociorraciais, de classe e de redes de contato. São, a esse respeito, ilustrativos os casos de Antonieta e Leonor de Barros, como também o de Maria do Espírito Santo. As primeiras, filhas de uma ex-escravizada, negras e totalmente integradas às lógicas de trabalho (Romão, 2021), compuseram a Liga nos mais diversos postos, sobretudo Antonieta, a qual encampou reivindicações do grupo mesmo após a sua dissolução (As comissões efetivas da Assembleia Legislativa, 1935, p. 1; O funcionalismo público na Assembleia Legislativa, 1935, p. 1). Já Maria do Espírito Santo, órfã que teve as "mãos decepadas" (A festa do Divino, 1921, pp. 1-2) ainda criança e que se formou normalista na condição de interna no asilo de órfãs São Vicente de Paula (O jubileu do asilo de órfãs São Vicente de Paulo, 1935, pp. 1-7), secretariou a Liga ao longo do ano de 1927 e seguiu como professora pelos próximos vinte anos (Comissão de Estudos dos Servidores Públicos do Estado, 1946, p. 3). Tanto ela quanto as irmãs Barros, pois, dividiram espaços com filhas e netas de fortes representantes da política local – tal qual Iracema Aducci e Délia Régis –, de profissional liberais – como Maria Luiza Osório –, e de desembargadores, como nos casos de Carmem Ramagem e Maria Luiza Gama.

Aqui, cabe ressaltar que, embora todas tenham compartilhado o exercício da docência e o espaço da agremiação, suas inserções em muito se diferenciaram devido a essa diversidade de redes. Sobretudo no caso de Antonieta e Leonor de Barros, coube a elas o trabalho perene na escola privada que organizaram na casa da família, na região central da cidade. Dessa forma, diferentemente de muitas das suas colegas, elas não acessaram de imediato cargos na docência primária dos Grupos Escolares locais, então recém-inaugurados, e cujo corpo de professores era montado via nomeações (Santa Catarina, 1911, pp. 22-23). Dito de outro modo, enquanto suas colegas de Liga, majoritariamente integrantes de famílias com alguma inserção política e econômica, ingressaram muito rapidamente na docência nos Grupos Escolares locais por meio de nomeações, Antonieta e Leonor de Barros, descendentes de escravizados, abriram a própria escola primária no espaço de casa para, apenas depois, receberem reconhecimento pela via da indicação a cargos em instituições públicas de ensino.

Aqui, sopesaram as diferenças nas redes de contato e sociabilidade que estruturam seus acessos e que fizeram com que as Barros trabalhassem pelo seu reconhecimento a partir do espaço público. Sobretudo nesse caso, tamanhas dissonâncias fazem ver as formas pelas quais a diversidade de pertencimentos compôs o quadro das desigualdades de acessos no interior da profissão docente no estado de Santa Catarina. É também necessário matizar o peso da Escola Normal não somente como lugar de interação, mas de articulação das coligadas. Foi em torno e em meio a ela que nomes como Maura Pereira e Antonieta de Barros não somente dividiram espaço entre si, mas conviveram com nomes como Barreiros Filho e Orestes Guimarães, que posteriormente se mostrariam simpáticos às propostas da Liga e lhes abririam espaços e veio de entrada funcionais, sobretudo, pela via das substituições[13].

Por fim, tão parecidas e tão diferentes, o grupo organizou e endereçou reivindicações, seja em forma de demandas ou de campos de atuação mapeados em seu estatuto, que deram notícias da aspiração do professorado ao qual intentavam representar. Seja pela organização de bibliotecas, pelo fornecimento de auxílios pecuniários ou pela atenção às crianças órfãs, a Liga representou um ponto de encontro, articulação e fortalecimento do grupo de professoras que engajou. E por aqui se entende que as práticas dos sujeitos atravessam e significam à medida que são operadas na realidade, e defende-se que ficou muito da Liga após o seu encerramento. Seja pelas vias de contato abertas, pelos espaços ocupados ou pelas interações proporcionadas, a agremiação operou não somente ancorada nas redes pré-existentes de suas correligionárias, mas também endossando novas.

Referências

A festa do Divino. (1921, maio 17). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano XVI(776), pp. 1–2.

A República – órgão do Partido Republicano Catarinense. (1927, janeiro 6). *A República*, Ano I(81), p. 2.

As comissões efetivas da Assembleia Legislativa. (1935, setembro 25). *A Gazeta*, Ano 2(325), p. 1.

[13] O caso de Antonieta é ilustrativo do peso dessas interações, já que seu acesso à docência em instituições públicas foi, mais de uma vez, franqueado pela necessidade de sua substituição (Prof. Antonieta de Barros, 1932, p. 2; Exonerações e Nomeações, 1933, n.p.), mas também sem se afastar por completo das atividades no Curso Primário Antonieta de Barros.

Besen, D. S. (2021). *Os deslembrados e seus apelos: Uma história da profissão docente pelo viés do associativismo (Santa Catarina/Brasil – final do século XIX e início do XX)* [Tese de doutorado, Universidade do Estado de Santa Catarina]. https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/1__tese_besen_16456512039714_296.pdf

Besen, D. S., & Silva, V. L. G. (2020). Associação do professorado catharinense: Histórias, meios de ação e composição. *História da Educação*, *24*, e98273. https://doi.org/10.1590/2236-3459/98273

Carvalho, M. M. C. (2003a). Reformas da instrução pública. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Eds.), *500 anos de educação no Brasil* (3ª ed., pp. 225–251). Autêntica.

Carvalho, M. M. C. (2003b). A República, a escola e os perigos do alfabeto. In *A escola e a República e outros ensaios* (pp. 143–164). EDUSF.

Catani, D. B. (2000). Estudos de história da profissão docente. In E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Eds.), *500 anos de educação no Brasil* (2ª ed., pp. 585–599). Autêntica.

Catani, D. B. (2010). Por uma pedagogia da pesquisa educacional e da formação de professores na universidade. *Educar em Revista*, (37), 77–92. https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000200006

Certeau, M. (1985). Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In M. I. Szmrecsanyi (Ed.), *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano* (pp. 3–19). FAU/USP.

Certeau, M. (2002). A operação historiográfica. In *A escrita da história* (pp. 65–110). Forense Universitária.

Certeau, M. (2009). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Vozes.

Chartier, R. (1990). *A história cultural: Entre práticas e representações*. Bertrand Brasil.

Chartier, R. (2011). Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, *13*(24), 15–29. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1598

Comissão de Estudos dos Servidores Públicos do Estado. (1946, agosto 18). *O Estado*, Ano XXXII(9811), p. 3.

Congresso do Estado. (1927a, setembro 1). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano I(277), p. 4.

Congresso do Estado. (1927b, setembro 1). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano I(278), p. 4.

Damas de Caridade. (1932, maio 5). *A República*, Ano II(466), p. 3.

Estatuto da Liga do Magistério Catarinense. (1925). Livro 03, fls. 19v–25. CFRC.

Exonerações e Nomeações. (1933, dezembro 13). *O Estado*, Ano 19(6064).

Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense. (1929, agosto 21). *O Estado*, Ano XV(4769), p. 1.

Fuchs, E. (2007). Networks and the history of education. *Paedagogica Historica*, *43*(2), 185–197. https://doi.org/10.1080/00309230701248271

Ginzburg, C. (1989). O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In *A micro-história e outros ensaios* (pp. 169–178). Difel; Bertrand Brasil.

Hoeller, S. A. de O., & Daros, M. das D. (2023). Ritos e materialidades nos entornos das conferências educacionais: Brasil nos anos 1920. *Revista Brasileira de História da Educação*, *23*, e269. https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e269

Ilha, M. D. (1932, fevereiro 28). Farrapos de ideias. *A República*, Ano II(411), p. 1.

Leuchtenberger, R. (2009). *O lábaro protetor da classe operária: As associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610265

Liga do Magistério Catarinense. (1924a, dezembro 19). *A República*, Ano XX(1889), p. 2.

Liga do Magistério Catarinense. (1924b, dezembro 19). *O Estado*, Ano X(3153).

Liga do Magistério Catarinense. (1925a, janeiro 3). *O Estado*, Ano X(3164).

Liga do Magistério Catarinense. (1925b, janeiro 28). *O Estado*, Ano X(3185).

Liga do Magistério Catarinense. (1925c, maio 9). *O Estado*, Ano X(3270), p. 1.

Liga do Magistério Catarinense. (1926, outubro 6). *O Estado*, Ano XII(3702), p. 1.

Liga do Magistério Catarinense. (1927a, fevereiro 5). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano I(107), p. 4.

Liga do Magistério Catarinense. (1927b, março 5). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano I(130), p. 3.

Liga do Magistério Catarinense. (1927c, agosto 7). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano I(256), p. 6.

Liga do Magistério Catarinense. (1928, janeiro 5). *A República – órgão do Partido Republicano Catarinense*, Ano II(379), p. 7.

Matos, F. (2014). *Armazém da província: Vida literária e sociabilidades intelectuais em Florianópolis na Primeira República* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128691

Mestre Escola. (1931, agosto 26). Páginas do meu canhenho. *A República*, Ano I(257), p. 4.

Nóvoa, A. (1997). Formação de professores e profissão docente. In A. Nóvoa (Ed.), *Os professores e sua formação* (pp. 13–33). Dom Quixote.

O funcionalismo público na Assembleia Legislativa. (1935, agosto 31). *A Gazeta*, Ano 2(306), p. 1.

O jubileu do asilo de órfãs São Vicente de Paulo. (1935, setembro 11). *A República – órgão do Partido Liberal Catarinense*, Ano II(443), pp. 1–7.

Pereira, M. S. (1928, julho 25). *A República*, Ano II(547), p. 1.

Philippi, C. C. (2021). O exercício político do magistério: Táticas de mulheres na carreira docente (Santa Catarina, 1920–1930). In C. E. Vieira (Ed.), *História da educação: Democracia e diversidade cultural* (pp. 347–376). Editora Oeste.

Philippi, C. C. (2025). Entre irmãs - docência, sociabilidade e espaço urbano (Santa Catarina, 1900–1950). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *106*(1), e6658. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.6658

Pizolati, A. R. C. (2023). Preferencialmente não mães: Mulheres, docência e eugenia. *Revista Estudos Feministas*, *31*(1), e83952. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183952

Preços de açúcar da refinação a vapor de Lino Soncini. (1920, janeiro 1). *O Estado*, Ano V(1398), p. 15.

Prof. Antonieta de Barros. (1932, maio 8). *A República*, Ano 2(469), p. 2.

Representações. (1926, setembro 29). *A República*, Ano I(1), p. 7.

Romão, J. (2021). *Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Editora Cais.

Santa Catarina. (1911). *Decreto n. 593, de 30 de maio de 1911*.

Santa Catarina. (1914). *Regulamento geral da instrução pública*.

Santa Catarina. (1927). *Anais da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário*. Of. Graf. da Escola de Aprendizes e Artífices.

Sirinelli, J.-F. (1996). Os intelectuais. In R. Rémond (Ed.), *Por uma história política* (pp. 231–269). UFRJ; FGV.

Taborda, A. (1927a, agosto 31). Bendito espinhos! *O Estado*, Ano XIII(3979), p. 1.

Taborda, A. (1927b, agosto 31). Dê o seu voto! *O Estado*, Ano XIII(3977).

Vicentini, P. P., & Lugli, R. G. (2009). *História da profissão docente no Brasil: Representações em disputa*. Cortez.

CAROLINA CECHELLA PHILIPPI: Professora Assistente do Departamento de Educação Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP - Campus de Araraquara). Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp (FE/ Unicamp).

E-mail: carolina.philippi@unesp.br
http://orcid.org/0000-0001-6121-254X

Recebido em: 02.02.2026
Aprovado em: 01.06.2026
Publicado em: 15.06.2026

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:
Raquel Discini de Campos (UFU)
E-mail: raqueldiscini@uol.com.br
https://orcid.org/0000-0001-5031-3054

RODADAS DE AVALIAÇÃO:
R1: três convites; um parecer recebido.
R2: três convites; nenhum parecer recebido.
R3: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:
Philippi, C. C. A Liga do Magistério Catarinense: Docência, gênero e ação política (Santa Catarina, primeira metade do século XX). *Revista Brasileira de História da Educação, 26,* e416. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v26.2026.e416

FINANCIAMENTO:
A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:
Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

DISPONIBILIDADE DE DADOS:
Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi disponibilizado em um Repositório de Dados: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.